

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede
em Tucumã

Tucumã

Pará

**Territórios
em
Rede**



Educação é um Direito:

A experiência do
projeto Territórios
em Rede em
Tucumã

Tucumã
Pará
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito: a experiência do projeto
Territórios em Rede em Tucumã /
Miriam Krenzinger...[et al.];
organização Eliana Sousa Silva...[et al.]. -- São Paulo:
Associação Cidade Escola Aprendiz, 2026.

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci,
Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura,
Dalcio Marinho
Vários autores. Vários colaboradores. Bibliografia.
ISBN 978-85-64569-42-3

1. Crianças e adolescentes – Educação
2. Direito à educação – 3. Educação – Projetos
4. Exclusão escolar – 5. Políticas educacionais
6. Projeto Territórios em Rede

I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália.
III. Musumeci, Bruna. IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando.
VI. Ventura, Julia. VII. Marinho, Dalcio.
VIII. Silva, Eliana Sousa.

26-333119.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Tucumã

Tucumã
Pará
2025

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Flavia Constant
Diretora-Presidente

Andreia Andrade
Diretora-Executiva

Fernanda Fingerl
Maykell Costa
Willman Miranda
Alice Natalizi
Andreia Prestes
Bruno Maciel
Fabio Macedo
Ivan Carlos Bosio
Juliana Rosa Bahia
Marluce Braz
Samera Luzia Alves Adaes
Equipe

Veridiana Negrini
Gestora Executiva

Bianca Cambiaghi
Gestora de Monitoramento e Avaliação

Filipe Mendonça
Gestor de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura
Gestora de Comunicação

Elza Sousa
Gestão Geral de Campo

Cristilene Longobardi
Priscila Reis
Gestão de Polo

Sabrina Bairros
Analista de Comunicação

Fernando Nascimento
Assistente de Monitoramento e Avaliação

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Paula Patrone
Diretora Institucional

Raiana Ribeiro
Diretora de Programas

Roberta Tasselli
Diretora de Comunicação

Maira da Costa
Gerente de Programas

Eliana Sousa Silva
Consultora Metodológica

Gisele Martins
Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho
Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

**Equipe Territórios em Rede
Tucumã**

Aline Cristine Saldanha de Barros
Letícia Lopes Dias
Gestão Local
André Mendes Coelho
Poliana Saviczki
Rafaela Teixeira Ribeiro Conceição Nunes
Articulação

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Pesquisadora

Luiza Santos
Pesquisadora

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli
Dalcio Marinho
Veridiana Negrini
Revisão Técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Gustavo Abumrad
Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro
Revisão de textos

Daniele Moura
Revisão Final



Este material está licenciado sob a
Licença Creative Commons Atribuição
4.0 Internacional (**CC BY 4.0**).



Apresentação

Criada há mais de 50 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas, como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale volta-se hoje para o desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de enfrentamento da exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.

A atuação da Fundação Vale se estrutura a partir de um conjunto de projetos que compartilham princípios, metodologias e objetivos voltados ao desenvolvimento territorial sustentável e à melhoria das condições de vida das populações onde atua. Nesse contexto, a integração entre os projetos **Trilhos da Alfabetização, Territórios em Rede e Ciclo Saúde Proteção Social** representa um exercício de articulação e sustentabilidade, com foco na complementaridade das ações e no fortalecimento das políticas públicas locais.

Cada um desses projetos responde a desafios específicos dos territórios. O exercício de atuação articulada entre eles busca potencializar resultados e ampliar impactos, a partir da integração de agendas, compartilhamento de diagnósticos e ações conjuntas. Essa articulação permite que iniciativas voltadas a diferentes agendas sociais — alfabetização, enfrentamento da exclusão escolar e fortalecimento da atenção básica em saúde e da proteção social — se conectem de forma estratégica, respondendo de maneira mais integrada às demandas das comunidades e fortalecendo o tecido institucional dos territórios.

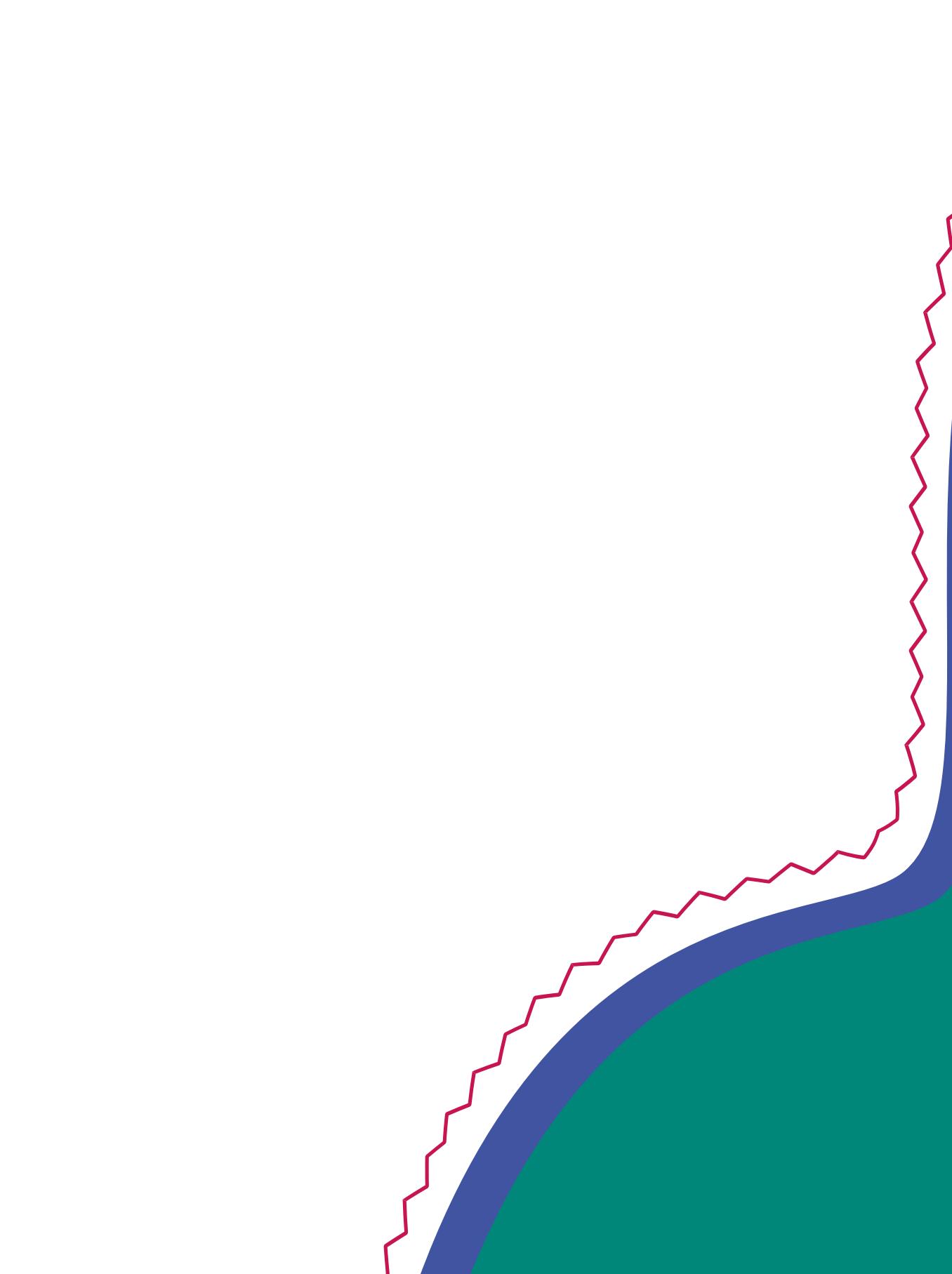
Essa integração expressa uma visão sistêmica da atuação social da Fundação Vale, orientada pelo entendimento de que o desenvolvimento territorial exige abordagens intersetoriais, cooperação entre atores e valorização dos saberes locais. Além disso, essa abordagem amplia a capacidade de transformação social, promovendo territórios mais resilientes e sustentáveis.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Tucumã (PA), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu depoimentos e registros documentais. Nossa objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de co-criação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Tucumã.

Os registros consolidados neste documento visam servir como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes. É de suma importância reunir as informações produzidas ao longo da execução do projeto, organizando a memória da intervenção e sistematizando as principais lições aprendidas. Nossa intenção é compartilhar esses dados e análises com outros municípios, a fim de fortalecer o planejamento e a implementação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em novos contextos, contribuindo com outras cidades no enfrentamento de desafios semelhantes, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcendia fronteiras e promova o Direito à Educação como uma pauta pública contínua, defendendo os direitos das crianças, adolescentes e jovens em todos os municípios brasileiros.





Sumário

13 Introdução

13 O projeto Territórios em Rede

18 O município de Tucumã (PA)

23 A implementação do Territórios em Rede em Tucumã

23 Pressupostos Éticos e Conceituais

27 Passos Estruturantes

71 Perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar em Tucumã

71 Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar

81 Cenários da exclusão escolar

83 Casos ilustrativos

89 Resultados e incidência política

101 Considerações e recomendações

Foto: João Vitor-Norte Sul Studio



Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede (TR) em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios a partir da agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar. Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo iniciado nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES) e Pará (PA).

- Em nível nacional, a pandemia de covid-19 agravou
- o risco de exclusão escolar,
- afetando principalmente
- crianças e adolescentes que
- já enfrentavam dificuldades
- na Educação. Isso ampliou as
- já existentes desigualdades
- de acesso e permanência na
- escola, com mais de cinco
- milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não
- matriculados ou sem acesso
- à aprendizagem, sendo que
- mais de 40% eram de crianças de 6 a 10 anos, uma faixa
- etária com acesso à escola
- praticamente universal antes
- da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

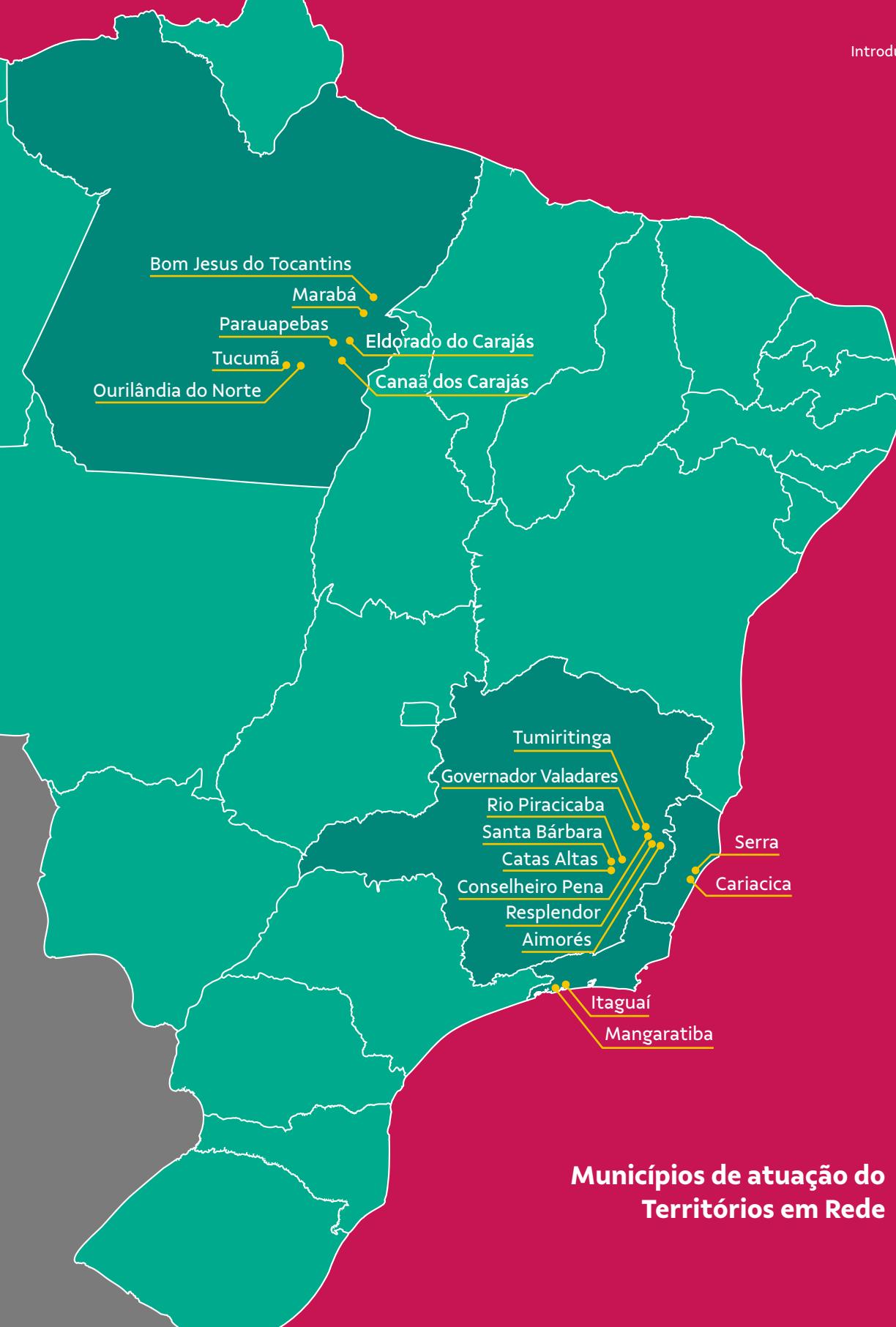
Sob estas condições, a iniciativa do projeto Territórios em Rede destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

Inspirado por essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades sociais e diversas formas de violência que afetam principalmente a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, a garantia de uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, consequentemente, à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Desafio que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando especialmente as crianças e adolescentes de territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020 nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), territórios que foram referências para a expansão da iniciativa para outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2025, o projeto foi realizado em quatro estados, nas regiões norte e sudeste, com atuação em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante cinco anos de atuação contínua, o projeto, baseado em diferentes tipos de atividades – como formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Esse resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a Proteção Social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.



Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando a estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Especialmente durante a pandemia de covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se como estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes da rede de proteção e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, destacando que a escola pública brasileira não é apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para o acesso das crianças e adolescentes aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de Doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os mais excluídos meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

- não estão matriculados devido à falta de vagas na rede pública de Educação e/ou vagas próximas a suas residências;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, e seguem distantes de ser alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o plano busca universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de quatro e cinco anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender pelo menos metade das crianças de até três anos no país e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece

caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar a metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Tucumã (PA)

Tucumã é um município localizado no sudeste do estado do Pará. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua extensão territorial é de aproximadamente 2.512 quilômetros quadrados, sendo que, desse total, pouco menos de 12 quilômetros quadrados são de área urbanizada.

Geograficamente, Tucumã está inserido no bioma Amazônia e localizado no sul do Pará em uma região que abriga importantes Terras Indígenas (TIs). Essa proximidade faz do município um espaço urbano de referência — tanto para a circulação e o acesso a serviços e infraestrutura, quanto para a logística de apoio — às comunidades indígenas que vivem nas TIs do entorno.



Obs.: O círculo verde representa um raio de 100 km em linha reta a partir da sede do município de Tucumã.

Fonte: (i) Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). (ii) IBGE, Censo Demográfico 2022.

A origem do município paraense se deve à implantação de um dos programas de exploração da Amazônia, iniciativa considerada estratégica pelos

governos militares, com o objetivo de promover a ocupação de vazios demográficos, a partir da segunda metade dos anos de 1970.³ Nesse período, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criou um plano de colonização da chamada Gleba Carapanã, no município de São Félix do Xingu, uma área com terra fértil. A partir da construção da BR-158 e da legislação de terras, quando a gleba passou para o domínio federal, sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi lançada uma licitação pública para companhias privadas, mais exatamente no ano de 1978.

O Projeto Tucumã abrangia uma área de 400.000 hectares, nos quais a empresa vencedora da concorrência pública planejou construir 1.000 km de estrada, três centros urbanos e 60 comunidades rurais, assim como escolas, hospitais, prédios administrativos, armazéns, aeroporto, terminal rodoviário e redes de fornecimento de água e eletricidade.

A região, tradicionalmente habitada por povos originários, teve entre seus primeiros moradores aqueles cuja base de subsistência estava voltada para a agricultura. Com a descoberta do ouro, ocorreu um grande influxo demográfico, que provocou conflitos sociais e levou a construtora responsável pelas obras a se retirar do empreendimento. A saída da empresa levou a população local a se organizar, criando o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tucumã,⁴ que passou a administrar a ocupação urbana. A criação do conselho foi importante para tranquilizar a população, que vivia um momento de grande incerteza, além de promover atividades essenciais para o desenvolvimento municipal. A partir de então se fortaleceu o movimento pela emancipação, que foi realizada no ano de 1989.⁵

Embora o objetivo fosse de que a cidade se voltasse para a produção agrícola, em um momento inicial essa atividade não se desenvolveu como planejado, em grande parte por questões de infraestrutura. O eixo econômico acabou se estabelecendo de fato em torno da extração e comércio de madeira. Com a

³ Disponível em: [https://www.academia.edu/34736871/Saga_e_persist%C3%Aancia_A_hist%C3%B3rica_forma%C3%A7%C3%A3o do sudeste do Par%C3%A1_desde_os_tempos_mais_antigos](https://www.academia.edu/34736871/Saga_e_persist%C3%Aancia_A_hist%C3%B3rica_forma%C3%A7%C3%A3o_do_sudeste do Par%C3%A1_desde_os_tempos_mais_antigos)

⁴ Disponível em: <https://ipmt.prefeituradetucuma.pa.gov.br/o-instituto/>

⁵ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tucuma/historico>

descoberta de ouro, a atividade mineradora também representou uma importante atividade econômica, apesar da ocupação desordenada que ela provocou. No entanto, a exploração massiva levou à escassez dos recursos minerais, tanto que, no final da década de 1990, já não havia mais registro de atividade garimpeira no município – cenário que mudou anos depois, em 2009, quando foi proposto o Projeto Boa Esperança, para lavra e beneficiamento de cobre.

Mas não foi só a mineração que se reergueu. No campo da agricultura, atualmente o município tem grande produção de cacau, além de outras lavouras como cana-de-açúcar, mandioca, café, cupuaçu e pimenta-do-reino.

O nome do Projeto e, posteriormente, da Unidade Federativa, vem de um fruto de polpa fibrosa e casca amarelo-esverdeada ou avermelhada, que em Tupi se chama tukumã, significando “fruta de planta espinhosa”, o que representa uma característica do tucumanzeiro, palmeira com até 15 metros de altura, repleta de espinhos nos seus troncos e galhos.⁶ Mesmo que seja estimada a origem da espécie na Colômbia, seu fruto é muito popular no estado do Amazonas e, particularmente, na culinária manauara, pois além de saboroso, é rico em diversos nutrientes. Dessa árvore também são extraídos o palmito, a madeira, o óleo (das sementes) e as folhas, das quais se obtém a fibra de tucum, para a confecção de redes e cordas resistentes.

Segundo o Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possuía 39.550 habitantes naquele ano. Para 2025, o órgão estima 42.883 habitantes. A população contada em 2022 é composta por 25.388 pessoas pardas (64,2%), 3.276 pretas (8,3%) e 39 indígenas (0,1%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 10.783 (27,3%) e 62 (0,2%) pessoas.

Em 2022, havia 7.814 pessoas ocupadas em emprego formal, o que representa 19,8% da população. Já o rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 1,6 salário-mínimo⁷ (IBGE, 2022).

⁶ Fonte: <https://prefeituradetucuma.pa.gov.br/cidade-tucuma-cidade-de-gente-feliz/>

⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tucuma/panorama>

No mês de setembro de 2025, o município de Tucumã teve 9.169 famílias cadastradas no Cadastro Único (CADÚnico), sendo 1.845 (20%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 24.187 pessoas, com 6.012 (25%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601/2023 e o Decreto 12.064/2024, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento do benefício. Em setembro de 2025, 87% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, ou seja, em situação de pobreza ou de baixa renda, a atualização cadastral estava em 91% do total.

- **Importante!**
- A situação de pobreza é caracterizada pela renda mensal de, no máximo, R\$ 218,00 por pessoa (Lei 14.601/2023 e o Decreto 12.064/2024).
- *Fonte:* Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Governo Federal.

No mesmo período, o município de Tucumã teve 2.864 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reúnem 9.679 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 1.857.460,00, resultando em um benefício médio de R\$ 653,35 por família.

Em julho de 2025, 4.023 beneficiários(as) de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Educação no município de Tucumã. No período, foram acompanhados 92,2%, o que totaliza 3.709 beneficiários(as) entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80%). Entre as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários(as) do Bolsa-Família que tiveram o acompanhamento da condicionalidade Educação, 97,2% cumpriram a condicionalidade, que é de 60% de frequência escolar para as crianças de 4 e 5 anos e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 98,2%, na de 4 e 5 anos, 98,3%, na de 6 a 15 anos, e 90,6%, na de 16 e 17 anos.

Foto: João Vitor - Norte Sul Studio



A implementação do Territórios em Rede em Tucumã

Pressupostos éticos e conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as múltiplas equipes e os setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação a todas as crianças e adolescentes, defende-se não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem a infância, a adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado.”

Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende a centralidade do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Nesse sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas como parte do projeto educativo e corresponsáveis por apoiar o acesso à Educação de crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é **rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos e das estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis para além das instituições.

Articulação Intersetorial

Como apresentaremos em maior profundidade nas próximas seções, para que crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (TEDESCO; LÓPEZ, 2002).⁸ Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos estejam

⁸ TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.



observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças e jovens (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer etc).”

Redes territoriais

Para tanto, é necessário reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação, e na salvaguarda do próprio e dos demais Direitos Humanos.

Denominamos redes territoriais os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias e projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações, comumente, se reúnem para discutir conjuntamente propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, por sua vez, compreende-se a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para assistir às pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- a **rede de proteção social territorial** desenvolve
- estratégias de integração
- dos agentes locais buscando
- superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a criação de comitês multidisciplinares de referência para cada família atendida.

de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A **escola também compõe ou dialoga diretamente com essas redes** – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ativo da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo das crianças e dos(as) estudantes no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político-Pedagógico é uma estratégia para materializar e concretizar essas relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial intersetorial com participação comunitária.

A atuação em rede, então, torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes.

Passos estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades no Pará, em 2021, envolvendo os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Parauapebas. Em Tucumã, a iniciativa foi implementada a partir de julho de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as Prefeituras locais, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos do projeto e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o Território

Após pontuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:

Meta primária

Reinserir 432 crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 765 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Tucumã. Tal meta representaria atingir 57% do público estimado.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foi estabelecido um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o

trabalho das secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para atingir os objetivos e metas previstos, o projeto deu início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente ao longo de todo percurso do Territórios em Rede em Tucumã:

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersetorial** com a criação de um **Comitê Gestor Intersetorial**, com foco exclusivo na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial**: para levantamento de dados e de informações sobre o município;
- **Formação em Serviço**: capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social**: estratégias de comunicação a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa escolar e Articulação no território**: trabalho de campo focado na identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento**: cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidas;
- **Sistematização da Metodologia**, discutindo aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco central garantir o acesso e a permanência na escola, mantendo o vínculo dos estudantes e famílias com as unidades escolares e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora e dois articuladores que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial daquela localidade.

Desenho para a implementação*





Foto: João Vitor-Norte Sul Studio

Formação inicial e continuada da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Tucumã não apenas avançou na sua estruturação, mas também promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.

A formação teve como foco o planejamento e implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁹

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.¹⁰

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996

apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para a sua organização.¹¹

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.¹²

9 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

10 BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf

11 BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

12 BRASIL. Resolução CNE/CEB 7/2010. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf



Foto: Breno Pompeu

Equipe em articulação com
escola municipal em Tucumã.

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Tucumã entrou em campo no mês de agosto de 2022.

Para melhor identificar os articuladores, um vídeo de apresentação da equipe local foi divulgado para as instituições da rede de proteção local. Com isso, as parcerias foram crescendo, sobretudo com instituições de ensino.



▲ Vídeo de apresentação da
equipe de Tucumã – YouTube

Articulação Intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas em Tucumã parcerias com instituições e órgãos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

A formação do **Comitê Gestor Intersetorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação ativa de gestores, visando à ativação das redes de proteção social e ao acesso aos direitos da cidadania.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas pelas equipes técnicas das secretarias e então apresentadas e seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas, para fortalecer a rede de proteção a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



O trabalho de fomento à intersetorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial-CGI** possui os seguintes objetivos gerais:



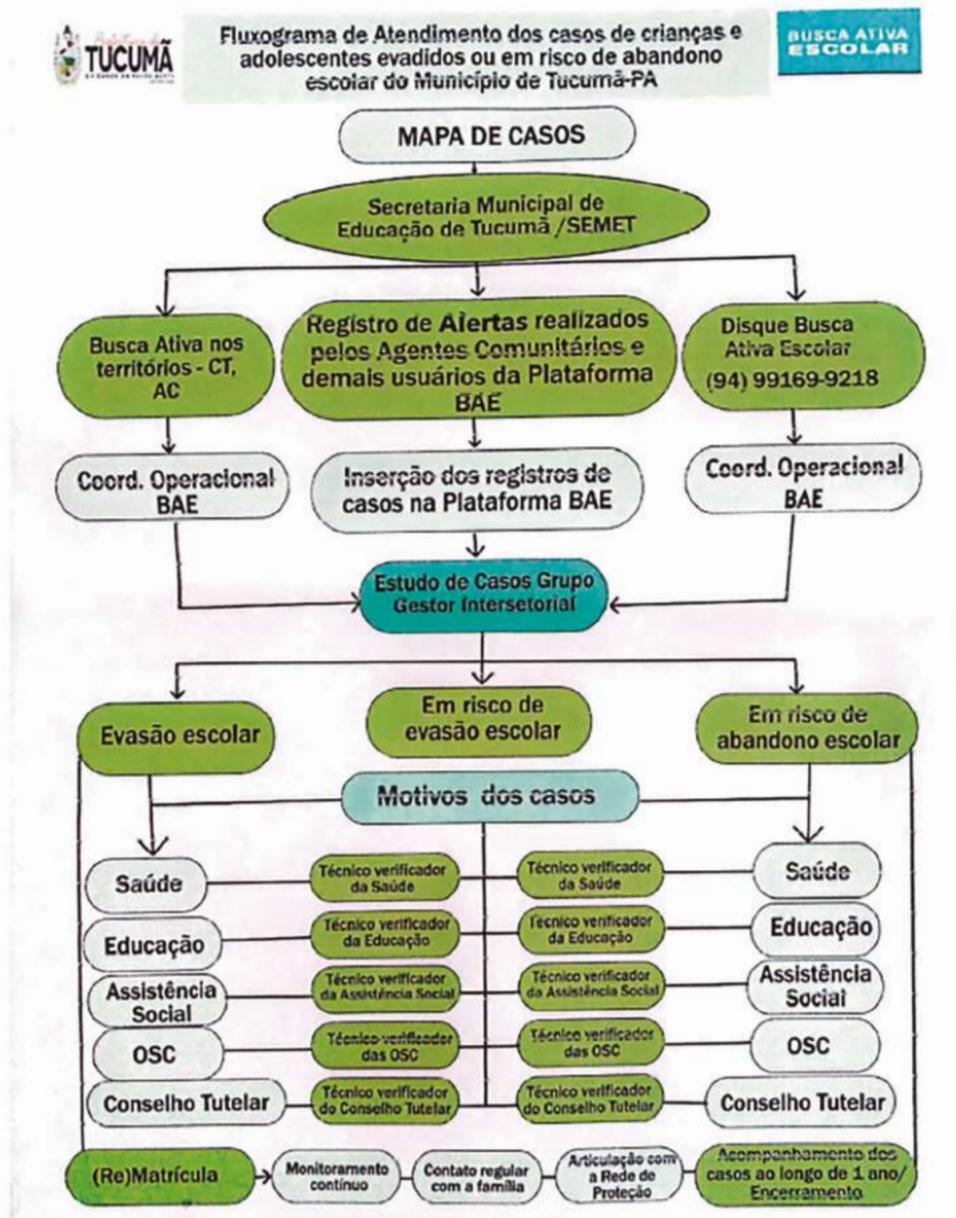
CGI - Objetivos

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersetorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o Poder Público;

- 
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
 - Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersetorial do Comitê para a sustentabilidade de suas ações;
 - Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar no município;
 - Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.
- A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar o número de crianças e adolescentes em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Tucumã, mas auxiliaram no acompanhamento e na avaliação das ações implementadas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Tucumã.

Nesses encontros, casos críticos de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos, e diferentes estratégias desenhadas, a fim de responder, de forma efetiva, às questões identificadas.



Fluxo de atendimento dos casos de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão sugerido pelo TR para o município de Tucumã.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede à realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar na caracterização do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilização social, focado na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação no município.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais de Tucumã, tanto em sua elaboração inicial, quanto ao ter sido atualizado ao longo do projeto. O diagnóstico se tornou importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação, por transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadore de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo do IBGE, a população de Tucumã aumentou 17,4% entre 2010 e 2022, enquanto a população de 4 a 17 anos teve uma redução de 2,6% no mesmo período. Por um lado, a redução da fecundidade, que ainda se mostra em curso no município, associada ao envelhecimento da população podem responder, em parte, por essa evolução demográfica, mas, por outro lado, cabe considerar que a migração de entrada pode estar trazendo para o município um contingente adulto expressivo para compor a força de trabalho.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Tucumã

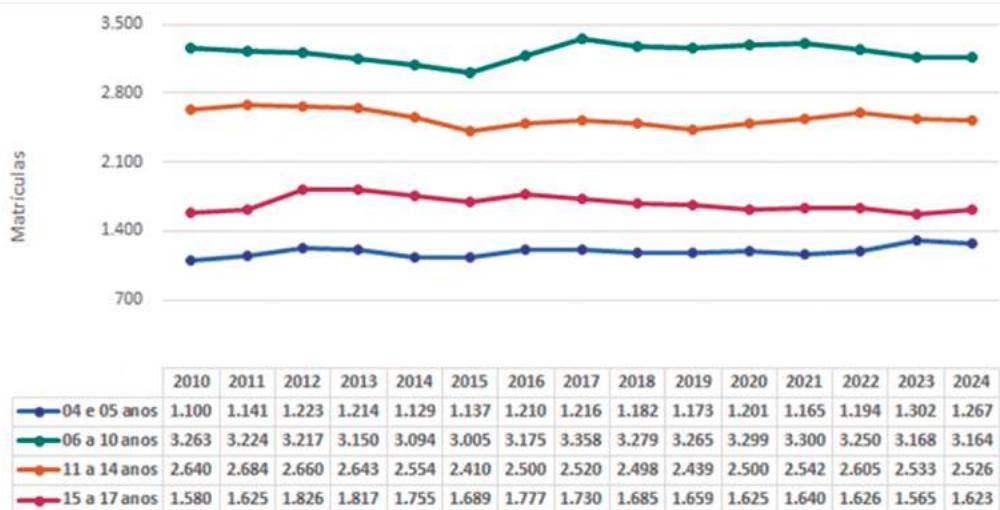
Idade	Ano	
	2010	2022
04 e 05 anos	1.273	1.346
06 a 10 anos	3.331	3.359
11 a 14 anos	2.776	2.684
15 a 17 anos	2.199	1.944
Total	9.579	9.333

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

Apesar da redução do contingente de 4 a 17 anos, o número de matrículas de estudantes nesta faixa etária expandiu 1,1% entre 2010 e 2022. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar avançou no período – mas cabe assinalar que, de 2022 a 2024, houve um recuo na mesma proporção, ou seja, de 1,1%, e o número de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos voltou a ser praticamente o mesmo de 2010 (três matrículas a menos). Na data de referência do Censo Escolar de 2024 (28 de maio), havia 10.152 matrículas na Educação Básica, sendo 8.580 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico abaixo mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2010 e 2024.

Número de matrículas na Educação Básica, por faixa etária de 4 a 17 anos, de 2010 a 2024 – Tucumã



Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2010 a 2024

Conforme o Censo Escolar da Educação Básica de 2024, a rede municipal de Tucumã era responsável por 79,4% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual por 10,7%. As unidades de ensino privadas somaram 9,9% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal foi responsável por 96,1% das matrículas na creche e de 94,9%, na pré-escola, sendo o restante das matrículas oferecido pela rede privada. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal estava responsável por 91,2% das matrículas e a rede privada, por 8,8%. Nos anos finais, a rede municipal ofereceu 94,4% das matrículas e a rede privada, 5,6%. No Ensino Médio, a rede estadual reuniu 90,3% das matrículas e o restante ficou com a rede privada. As redes municipal, com 89,9% das matrículas, e privada, com 10,1%, também ofereceram Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero no município paraense reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominaram numericamente em 2024, correspondendo a 50,1% dos estudantes. Entretanto, em geral,

a evasão escolar durante a Educação Básica no Brasil impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio, o que se reproduz em Tucumã, onde elas somaram 56,7% nessa etapa escolar. Vale destacar, porém, que na pré-escola do município, as meninas também estavam em maior número (51,5%), o que não é uma realidade típica no Brasil. Na creche e nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, os meninos eram maioria em 2024.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Tucumã no Censo Escolar de 2024 alcançou 81,4% das matrículas. Nesse contingente, de 8.264 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 70,3%, os pretos, 5%, e os indígenas, 1,2%. Além desses, 22,9% foram declarados brancos e 0,6%, amarelos.

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2024 – Tucumã

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	5.812	70,3%
Branca	1.889	22,9%
Preta	414	5,0%
Indígena	103	1,2%
Amarela	46	0,6%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referente a 81,4% do total (1.888 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

O Indicador Criança Alfabetizada (ICA) mostra o percentual de estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental que alcançaram o padrão nacional de alfabetização estabelecido pela pesquisa Alfabetiza Brasil. O indicador é calculado com base nos resultados de avaliações conduzidas pelas redes estaduais de ensino, complementares ao Sistema de Avaliação da Educação

Básica (Saeb). Segundo o Inep, o objetivo do ICA é permitir o monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

No município de Tucumã, 48,5% dos estudantes do 2º ano do Fundamental foram considerados alfabetizados. Esse percentual representa uma queda em relação a 2023, quando 58,8% estavam alfabetizados, conforme o ICA. Com isso, o município foi rebaixado do nível 2 para o nível 1, em uma escala de 0 a 5 baseada em metas gradativas para estados e municípios, cuja finalidade é ter todas as crianças alfabetizadas até 2030.

Segundo dados do Censo Escolar de 2024, o horário integral (mínimo de 7 horas por dia) é oferecido na Educação Infantil de Tucumã, mas alcança apenas 24,1% das matrículas na creche e 15,5%, na pré-escola. Nos anos iniciais e finais do Fundamental, também é predominante o horário parcial (menos de 7 horas por dia), com 94,9% e 90,8%, respectivamente. No Ensino Médio, 84,8% das matrículas são oferecidas em horário parcial.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2024 – Tucumã

Etapa	%
Creche	24,1%
Pré-escola	15,5%
Anos Iniciais	5,1%
Anos Finais	9,2%
Ensino Médio	15,2%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

 A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que esteja dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estão matriculados.

Em Tucumã, no ano de 2024, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 13,1% e a dos anos finais, de 34,7%. Essas taxas são maiores que as médias brasileiras para as respectivas etapas (7,1% e 15,7%). Em relação às médias do estado do Pará, que são 14% e 30,8%, respectivamente, as taxas de Tucumã estão bem próximas: um pouco abaixo nos anos iniciais e um pouco acima nos anos finais.

No Ensino Médio, 28,9% dos estudantes estão com idade acima da esperada para o ano escolar que frequentam. Embora a distorção idade-série alcance 31,1% dos estudantes paraenses na respectiva etapa, essa também é uma TDI elevada, haja vista que a média brasileira é de 17,8% (Censo Escolar, 2024).

No entanto, apesar de ainda elevada e com algumas oscilações, a distorção idade-série vem diminuindo paulatinamente em Tucumã. No Ensino Médio, é a segunda menor já registrada no município, acima apenas da TDI de 2023, que foi de 28,4%, porém, estas são as únicas abaixo dos 30% na série histórica. Nos anos finais do Ensino Fundamental, subiu um pouco em relação a 2022 e 2023, mas é menor que todas as anteriores. Nos anos iniciais, é a segunda menor, acima apenas do percentual de 2022.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2024 – Tucumã

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	13,1%
Anos finais do Ensino Fundamental	34,7%
Ensino Médio	28,9%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2024.

A Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental em 2024 foi de 96,2% nos anos iniciais e de 88,5% nos anos finais. Salvo os anos da pandemia de covid-19, ou seja, 2020 e 2021, em que as taxas de aprovação foram elevadas em consequência

da flexibilização dos mecanismos de avaliação, as taxas alcançadas nas etapas do Ensino Fundamental foram as maiores verificadas no município.

No Ensino Médio, a Taxa de Aprovação foi de 99% em 2024, o que representa um recuo de meio ponto percentual em relação ao ano anterior. Porém, vale destacar a manutenção de um resultado tão elevado, nesta etapa, por dois anos seguidos.



A Taxa de Abandono escolar expressa, dentre os(as) estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.

A Taxa de Abandono dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2024 foi de 0,3% a menor registrada no município, juntamente com a do ano anterior, salvo a de 2020, em que as aulas estavam suspensas devido à pandemia de covid-19. Nos anos finais, foi de 2,5%, mantendo-se em queda e representando a menor Taxa de Abandono verificada nesta etapa no município, com exceção dos anos da pandemia.

No Ensino Médio, não houve registro de abandono em 2024. Isso condiz com a elevada Taxa de Aprovação alcançada no ano. Mas vale assinalar que, em 2021, a Taxa de Abandono no Ensino Médio de Tucumã chegou a 29,6% e, em 2022, apesar de uma expressiva redução, ainda reuniu 7,9% dos estudantes. Consequentemente, no período, o número de matrículas recuou de 1.341, em 2021, para 974, em 2023. Em 2024, houve uma boa retomada, subindo para 1.135 matrículas. Este é um quadro de elevadas taxas de abandono recentes e, ao que parece, ainda sem o correspondente aumento do número de matrículas. Entretanto, deve ser valorizado o fato de que a desvinculação escolar ao longo do ano letivo e, também, a reprovação foram eventos do rendimento escolar contidos nos últimos dois anos em Tucumã.

Taxa de Aprovação em 2024 – Tucumã

Etapa	Taxa de Aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	96,2%
Anos finais do Ensino Fundamental	88,5%
Ensino Médio	99%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2024.

Taxa de Abandono em 2024 – Tucumã

Etapa	Taxa de Abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	2,5%
Ensino Médio	-

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2024.

O Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas de Tucumã alcançou a nota 5,0 em 2023. Este é o maior valor obtido nesta etapa no município e se mantém acima do índice paraense.

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, houve um recuo de 4,5, em 2021, para 3,9, em 2023. Assim, ficou abaixo dos índices do Brasil e do estado do Pará. Contudo, o índice anterior precisa ser lido no contexto da pandemia de covid-19, em que a Taxa de Aprovação foi elevada. Nessa perspectiva, o resultado daquele ano se mostrou atípico, enquanto o Ideb de 2023 está de acordo com o patamar anterior à pandemia, embora, por sua vez, esteja revelando uma estagnação em um nível ainda não satisfatório.

No Ensino Médio, o Ideb das escolas públicas de Tucumã teve um expressivo aumento, de 2,6, em 2021, para 4,5, em 2023. Vale lembrar que a aprovação de quase 99,5% dos estudantes contribuiu muito para este resultado. Assim, o índice do município ultrapassou os correspondentes nacional e estadual.

No Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica – de 2023, as escolas públicas de Tucumã superaram as notas alcançadas em 2021, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, ocorreu o contrário.

No âmbito das escolas públicas, as notas de Língua Portuguesa e Matemática dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental são maiores que as do estado do Pará e as do Brasil. No Ensino Médio, as de Tucumã são maiores que as demais nas duas áreas de conhecimento.

Ponto de atenção!

- Para o sistema educacional,
- há uma diferença entre as definições de **abandono** e
- **evasão escolar**. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

Dados da rede pública de ensino em Tucumã

Ideb da rede pública em 2023

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
5,0	3,9	4,5

Matrículas em 2024

Ensino Fundamental	Ensino Médio
5.998	1.135

Docentes em 2024

Ensino Fundamental	Ensino Médio
225 docentes	45 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2024

Ensino Fundamental	Ensino Médio
14 escolas	5 escolas

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica 2024. Inep, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2023.

Busca Ativa escolar

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas, e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa escolar é, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Para além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação que pudessem identificar possíveis casos de desvinculação escolar, e que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições do território que seriam mobilizadas e ações de comunicação se espalharam pelos bairros do município.



Mapeamento de Instituições e demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis feito pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou diálogo e acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho das pastas na ponta e cotidiano. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.

Busca Ativa escolar nas ruas:

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças e adolescentes que não estão indo para escola;
- Visitas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças, adolescentes e suas famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez muita diferença na recepção e no acionamento deles nos territórios.



Fonte: Banco de Imagens do projeto.

| Equipe de Tucumã na Campanha Setembro Amarelo, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com toda a rede de proteção.

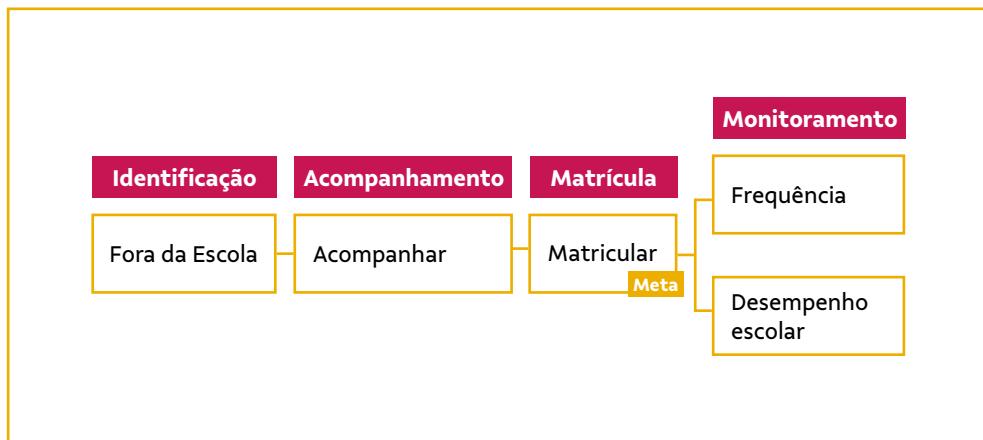
Procedimentos ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

1. Articulador se aproxima da família para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista, para coleta de informações de cadastro e para o entendimento sobre o caso;
3. É realizado o cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto; os dados são registrados em aplicativo específico e alimentam o banco de dados do projeto;
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

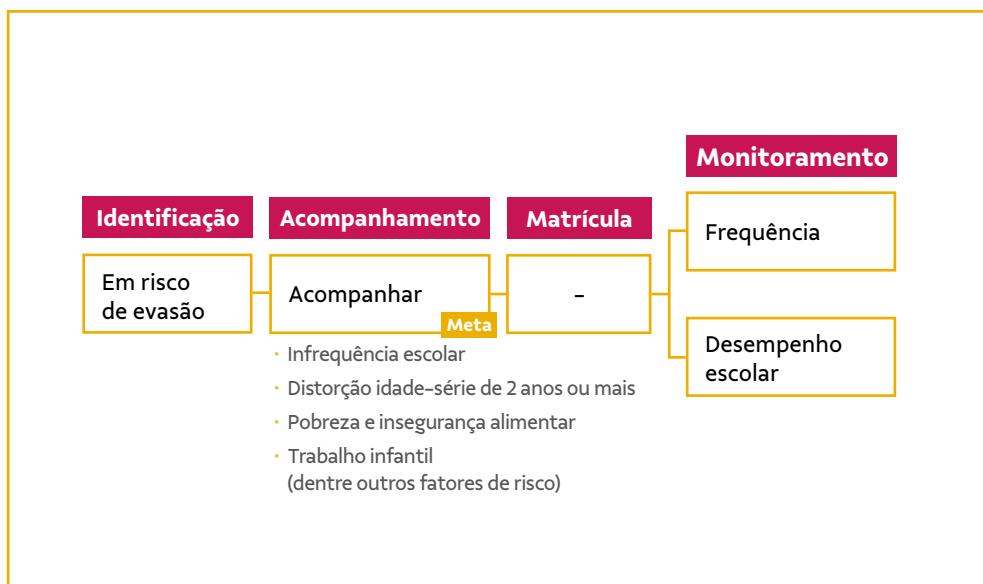
Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> • identificar o motivo pelo qual a criança ou o adolescente se encontra fora da escola; • assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; • uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); • monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; • avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências.
<ul style="list-style-type: none"> • Verificar outras demandas sociais da criança/adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de Saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras). • Realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares). 	

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2025.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, era realizada uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis pela criança ou adolescente, os motivos pelos quais ela estava infrequente ou havia abandonado, evadido ou nunca havia estado na escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou do adolescente na escola, envolvia:

- 1.** a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula;
- 2.** a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada; e
- 3.** a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de **vulnerabilização** social, como Saúde, moradia ou ausência de responsável, transferir a criança de escola por motivos de conflitos no território que afetavam o deslocamento da criança até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento dos atendidos e suas famílias, em diálogo direto com gestores das unidades escolares, buscando sua permanência na escola, por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de Educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, o projeto retomava as etapas anteriores necessárias para evitar ou reconduzir o atendido à rede escolar.

Desafios encontrados e os impactos da pandemia

O Territórios em Rede encontrou diversos desafios para a implementação dos seus objetivos, dentre os quais destacam-se:

Intersetorialidade e integração das políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município, o que dificultavam a implementação de ações promotoras do Direito à Educação Básica de qualidade para crianças e adolescentes em situação de **vulnerabilização**.

Alto nível de vulnerabilização social das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas além do acesso à escola, como: proporcionar meios para seu acesso à alimentação, aos serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e na permanência na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido a distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, muitas crianças e adolescentes eram infrequentes ou evadidos do sistema educacional, devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões surgiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Por exemplo, nas regiões do Pará, onde o projeto Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes anos escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular para todos e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação limitou drasticamente as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando em uma interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de kits educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram extremas dificuldades na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram as dificuldades se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observam-se muitos casos de crianças de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais na alfabetização, pois estavam em classes com crianças mais novas.

A interrupção da escolaridade durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para o estudo em casa, levou muitos adolescentes, durante a pandemia, a buscar trabalho nas

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa por crianças e adolescentes que se enquadram no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas também sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Tucumã sobre a essencialidade do Direito à Educação.

Para alcançar isso, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram empregadas.

Equipe em mutirão de divulgação em Tucumã. As ações de mutirão aconteceram até debaixo de chuva, que não impediu a equipe local de realizar a Busca Ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola.

As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária como o uso de carros de som que emitiam mensagens-chave, atingindo até a população analfabeto. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos em locais de grande movimento, como escolas, associações de moradores, postos de Saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o site institucional. Materiais de divulgação como áudios,

- A comunicação focou em
- sensibilizar a sociedade sobre
- os compromissos e objetivos
- do projeto Territórios em
- Rede, além de promover
- uma ampla divulgação
- para incentivar a procura
- espontânea pelo projeto.



Fonte: Banco de Imagens do projeto.

gifs e flyers circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das ações do Territórios em Rede em Tucumã, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, fortalecendo esta agenda em âmbito local e municipal.

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária:

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Tucumã para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos: escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto ou sobre acesso aos direitos nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação do projeto ou sobre ações de promoção aos direitos por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias sobre o projeto na imprensa municipal.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **17.577 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua que foram distribuídas nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAs¹³, conselhos tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que o número de peças de comunicação alcançaram **8.899.900 visualizações** em todo o período de trabalho em campo.

A divulgação pelos carros de som totalizou 120 horas, com cerca de 3.000 km percorridos.

¹³ Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

A comunicação em números



2.053
cartazes e
banners



24
faixas de
rua



15.500
flyers e
folders



120 horas
de carro de
som

O projeto Territórios em Rede teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais disponíveis para a população.

An advertisement banner featuring two smiling children. The text asks if you know children or adolescents in Tucumã who are not studying, provides a WhatsApp number, and lists partners like Fundação Aprendiz and Unicef.

An advertisement banner featuring a child's face in a circular frame. It asks if you know children or adolescents in Tucumã who are not studying, provides a WhatsApp number, and lists partners like Fundação Aprendiz and Unicef.



Boletins

- Foram produzidos **23 boletins institucionais**



Whatsapp

- Foram enviadas **68 mensagens** para as famílias do município de Tucumã
- A lista de transmissão chegou aos **490 contatos**



Facebook

- **235** publicações
- **4.706 stories**
- **1.169** visitas ao perfil
- **198** seguidores
- **769** pessoas alcançadas



Instagram

- **259** publicações
- **4.706 stories**
- **3.468** visitas ao perfil
- **1.249** seguidores
- **18.786** pessoas alcançadas



YouTube

- **84** publicações
- **7.578** visualizações
- **119** total de inscritos
- **88.931** impressões
- **660** interações



Site

Google Analytics

- **6.674** usuários
- **15.137** sessões engajadas
- **20.648** visualizações
- **61.141** eventos

A divulgação do projeto aumentou sua visibilidade e estimulou a participação comunitária, com moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com a equipe do projeto, principalmente em casos de crianças e adolescentes fora da escola.

Comunicação em Ação:

Desbravando o território

A equipe local percorreu a zona rural, realizando uma ampla divulgação do projeto e a Busca Ativa escolar, que resultou em cadastramentos de novas famílias. Também foram realizados acompanhamentos das famílias cadastradas anteriormente e visitas às escolas dos territórios.



Foto: Banco de imagens do projeto, 2023.

Cobrindo a área rural

Assim como em outros municípios do Pará, a equipe de Tucumã também investiu em ações na zona rural. Durante as visitas às vicinais P1 e P7 foram feitos cadastros, acompanhamentos com famílias e visita às escolas. A equipe também ajudou na articulação de novas matrículas na EMEF Adevaldo Nascimento.



Foto: Banco de imagens do projeto, 2023.

Estabelecimento de Parcerias e Participação em Grupos de Trabalho

Ao entrar no território, cada articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por

meio dessa articulação que o Territórios em Rede conseguiu reforçar e combater o fenômeno de crianças e adolescentes fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo a colaboração como estruturante para garantir a Educação como um Direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas:



Foto: Banco de imagens do projeto.

As equipes do TR de **Tucumã** e **Ourilândia do Norte** com representantes da Fundação Vale e do projeto Ciclo Saúde Proteção Social para apresentação do fluxo de funcionamento dos projetos nos municípios atendidos.



Foto: Banco de imagens do projeto.

A equipe de articuladores do município de **Tucumã** em articulação com as escolas do território.

Reunião com representantes das secretarias municipais de Desenvolvimento Social e de Educação, para alinhamento do fluxo de trabalho e discussão de casos mais complexos.



Foto: Banco de Imagens do projeto.

Formação das equipes de **Tucumã e Ourilândia do Norte** sobre a Plataforma BAE, como metodologia social para enfrentamento da exclusão escolar.

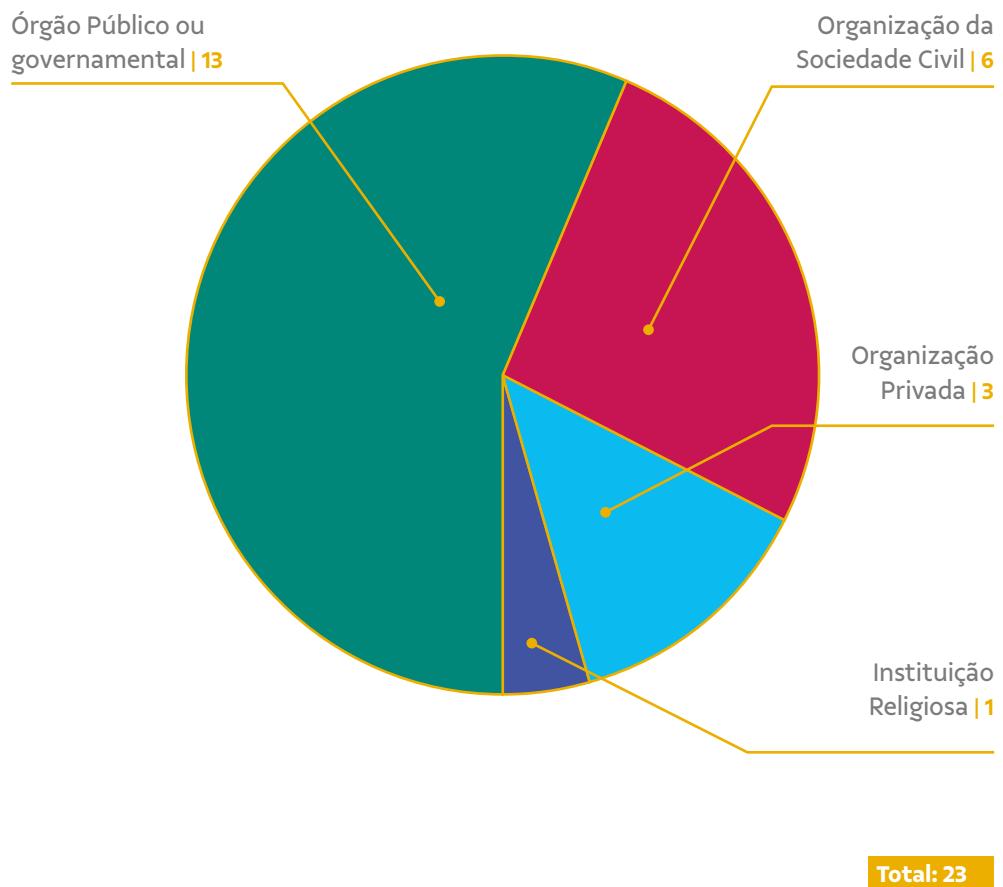


Foto: Banco de Imagens do projeto.

Ao todo, 23 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.

As 19 escolas de Educação Básica de Tucumã, existentes durante o período de campo do projeto, foram apoiadas pelo Territórios em Rede.

Instituições locais mapeadas – Tucumã (PA)



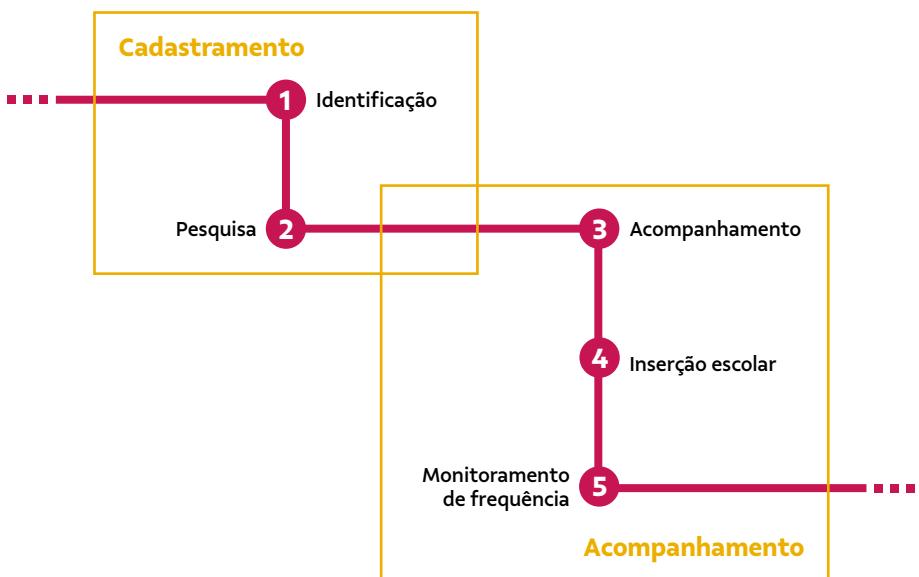
Fonte: Sistema de Monitoramento do Projeto, 2024.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do Territórios em Rede e da inserção e permanência de crianças e adolescentes na escola.

A figura a seguir ilustra esse fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Instrumentos para registro dos atendimentos



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas de crianças e adolescentes assistidos pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;

3. Ações realizadas para assegurar o acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

A plataforma digital do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula das crianças e adolescentes nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências das crianças, dos adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças e adolescentes, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado pelo projeto foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar por meio de informações obtidas diretamente nas escolas e de forma sistemática, para todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo definido em Tucumã foi: bimestralmente, o projeto enviaava uma planilha para cada escola com as crianças e os adolescentes matriculados e a escola indicava a situação de frequência do estudante. Os prazos, alinhados ao fechamento dos conselhos de classe, foram pactuados com a Secretaria Municipal de Educação e, uma vez que o projeto enviasse a planilha, a escola teria até três semanas para seu preenchimento.

A parceria com a Secretaria Estadual de Educação foi articulada por meio da Diretoria Regional de Educação (DRE). Realizaram-se reuniões periódicas de acompanhamento, que contribuíram para consolidar uma relação de cooperação e diálogo com as escolas estaduais do município, assegurando o envio regular das informações dessas unidades.

A seguir, apresentamos o status da pactuação do fluxo com cada rede escolar em Tucumã:

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Tucumã	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Secretaria
Tucumã	Estadual	Estabelecido	Bimestral	Escolas

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.



Foto: Breno Pompeu

Em 2025, houve uma mudança significativa no critério utilizado para o acompanhamento da meta de inserção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar. A partir desse ano, o parâmetro adotado passou a ser a frequência

escolar: uma criança identificada em situação de risco passou a ser considerada inserida quando sua presença nas aulas se regularizava, indicando o restabelecimento de seu vínculo com a escola.

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, gestora local e articuladora se reuniam para discutir impasses, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola das crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinham uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à presença dos alunos em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de Proteção Social, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada aluno. Essas devolutivas muitas vezes mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a avaliar melhor a realidade das famílias. O que antes aparecia como suposta negligência das famílias passou a ser compreendido como situações de fato muito desafiadoras que elas viviam.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilização social. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes em grande parte das famílias atendidas pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou ausência ou baixa resposta de políticas públicas com capacidade para suprir os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o projeto Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, em organizações locais da sociedade civil.

No total, 43 crianças e adolescentes foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Tucumã.

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido inicialmente nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais;
- Roupas e calçados;
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.

Com vistas à elaboração de um plano de transição para essas famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos. Isso era feito para atender às demandas sociais específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- 
- Priorizar a inserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar.
 - Realizar encaminhamentos para a Assistência Social, para participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,¹⁴entre outros.
 - Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PAA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda. Este programa foi reativado em 2023 pelo Governo Federal e tornado Lei em 20 de julho do mesmo ano (Lei nº 14.628/23).
 - Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no CGI.

¹⁴ PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada e Criança Feliz – Programa Criança Feliz.



Foto: João Vitor-Norte Sul Studio

Perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar em Tucumã

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Tucumã.

Observações Gerais

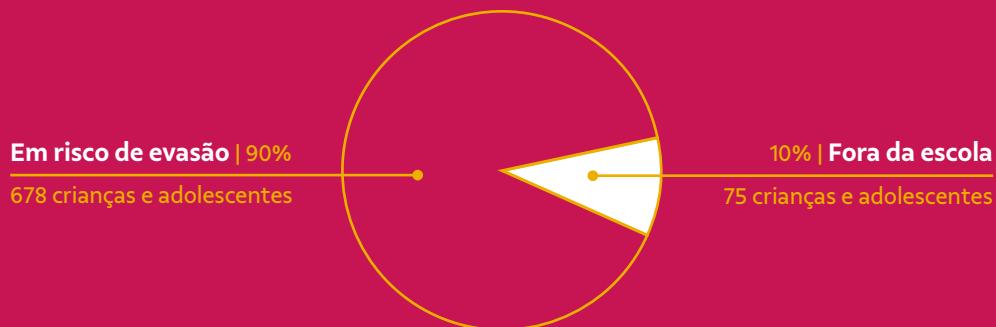
- Há maioria de crianças e dos adolescentes do sexo masculino, representando 53,8%, em comparação com as do sexo feminino, que são 46,2%.
- As idades entre 4 e 9 anos reúnem 47,7% das crianças.
- Grande parte das famílias recebe benefícios do governo e tem renda baixa.
- A maioria das crianças e adolescentes vivem somente com um dos progenitores, sendo a mãe a figura mais presente.
- A questão da Saúde das crianças e dos adolescentes merece bastante atenção.
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção.

Situação da exclusão escolar em Tucumã

(quando cadastrados no projeto Territórios em Rede)

Total de 753 crianças e adolescentes identificados

Crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão escolar



Outras informações



7,6%

frequentavam alguma instituição educativa extraescolar

= 107 crianças e adolescentes



6,2%

estavam em situação de trabalho quando identificados

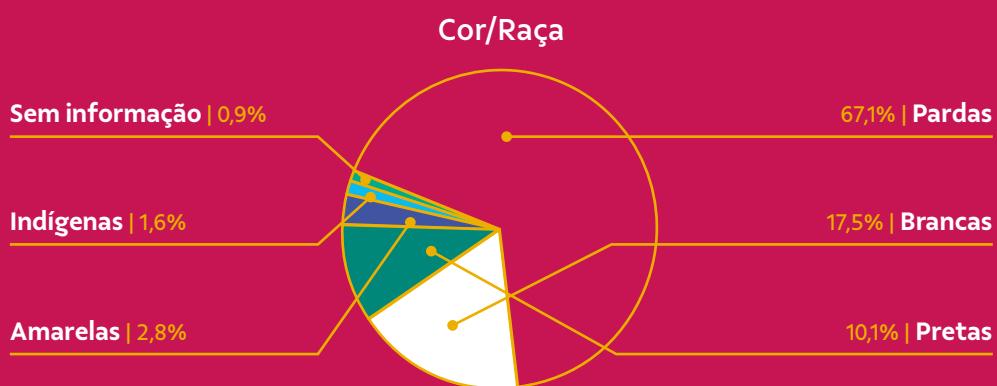
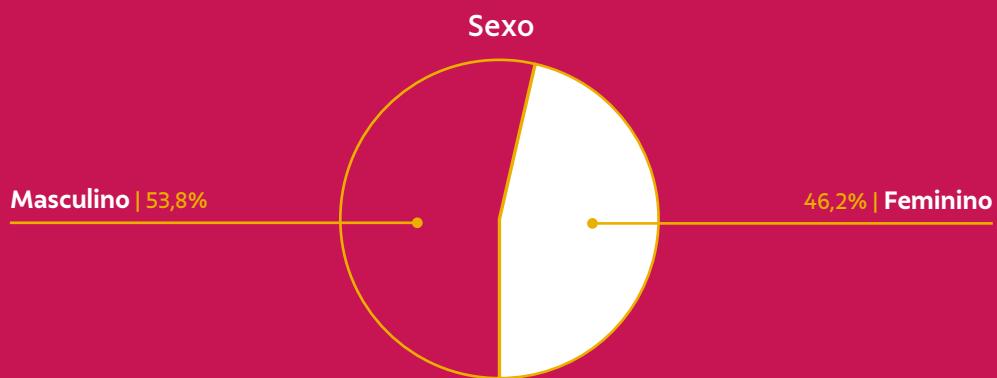
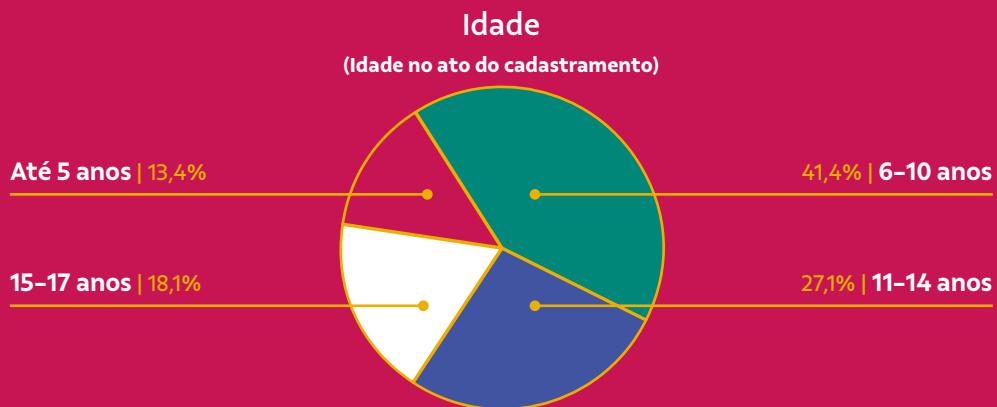
= 47 crianças e adolescentes



5,57%

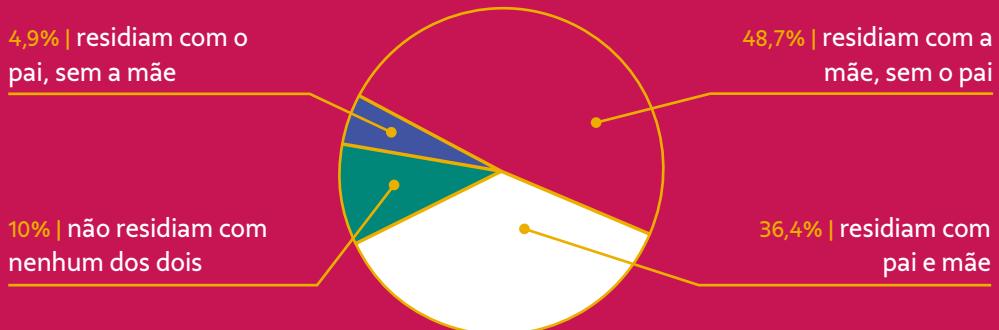
A maioria em trabalho infantil
= 43 identificados

Perfil das crianças e dos adolescentes identificados pelo Territórios em Rede em Tucumã

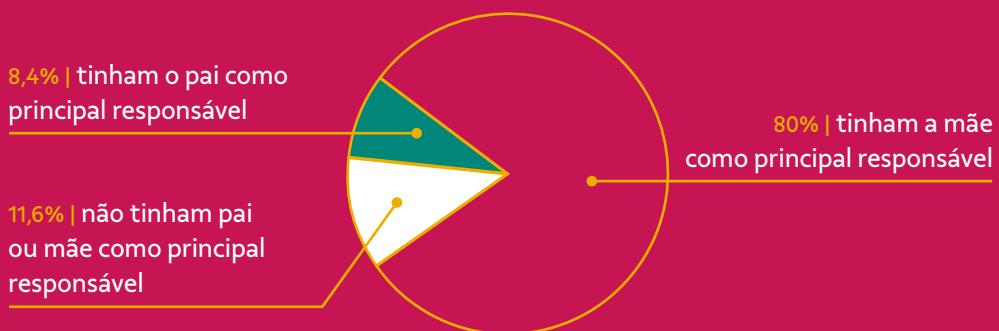


Configuração Familiar

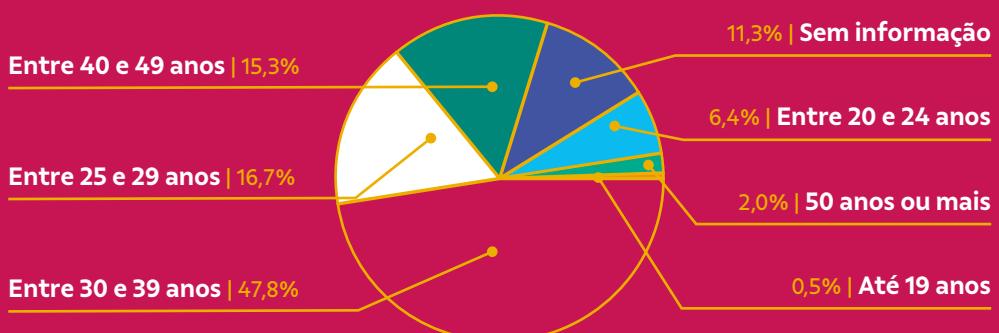
Com quem as crianças e os adolescentes residiam



Principal Responsável pelas crianças e adolescentes



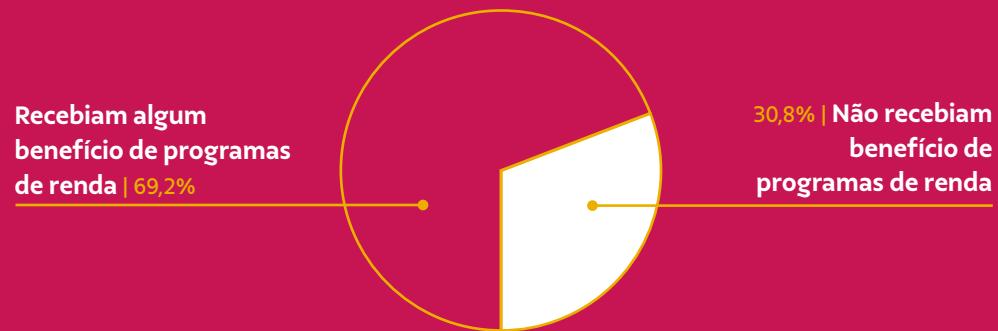
Idade da mãe (quando da identificação pelo Territórios em Rede)



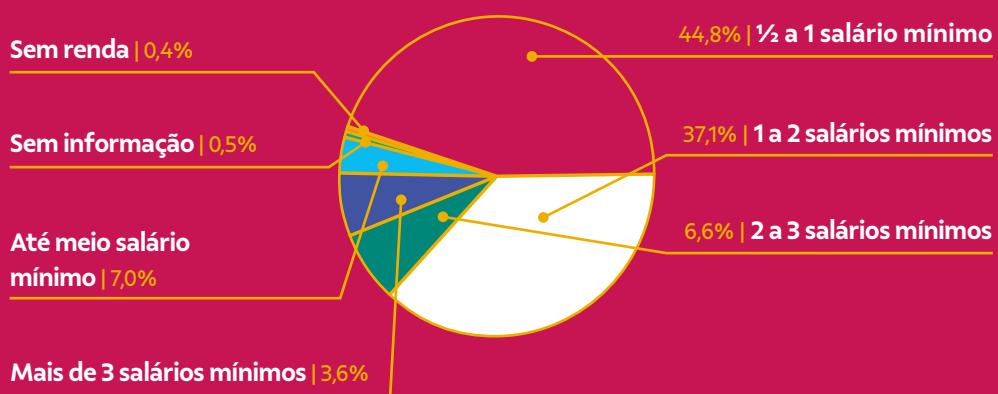
Trabalho e Renda



Beneficiários de Programa de Renda



Renda Familiar mensal



Saúde



11,6%
tinham problemas de
Saúde



3,1%
possuem alguma
deficiência



3,0%
das meninas de 11 a 17
anos estavam grávidas

Destaques

Desigualdade Racial

- 77% das crianças e dos adolescentes encontradas em situação de exclusão escolar são pardas ou pretas, refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças e os adolescentes negros enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdade Social e Econômica

- Uma grande proporção de crianças e adolescentes (47,8%) residem com suas mães, sem a coabitAÇÃO com o pai, o que indica que essas mulheres assumem a maioria das responsabilidades na criação dos filhos, frequentemente sem apoio de um parceiro.
- As mães são a principal responsável de 80% de crianças e adolescentes, enfrentando desafios econômicos e emocionais, especialmente em contextos monoparentais, com a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos.
- Há nessas famílias uma taxa significativa de pessoas “do lar” (59%) o que indica uma baixa participação no mercado de trabalho e, consequentemente, uma maior vulnerabilização econômica.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018)¹⁵, embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para combatê-lo.

No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem educacional comprometida com o enfrentamento ao racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas a mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

¹⁵ Fonte: IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida de crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar em Tucumã reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser abordadas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

Política Nacional de Cuidados

A Política Nacional de Cuidados (PNC) foi instituída pela Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que reconhece o cuidado como um direito universal e um dever do Estado – compreendendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em correspondência com as famílias, o setor privado e a sociedade civil.

A Lei estabelece que todas as pessoas têm direito ao cuidado, entendido como o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado. Esse direito deve ser garantido por meio da corresponsabilização social e da corresponsabilidade entre homens e mulheres, levando em conta as múltiplas desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

Em 2023 foi elaborado o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil¹⁶, documento este que conceituou o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade

¹⁶ Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados. Disponível em: <https://www.gov.br/participaMaisBrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

brasileira. Embora seja um direito de todas as pessoas ao longo da vida — especialmente crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência —, o cuidado ainda recai de forma desproporcional sobre as mulheres, em particular sobre as mulheres negras, em contextos de maior vulnerabilização social. .

A implementação da PNC será feita de forma transversal e intersetorial, orientada pelo Plano Nacional de Cuidados. Sua efetivação representa um marco histórico, ao consolidar o reconhecimento da economia do cuidado como dimensão essencial da vida, da cidadania e do desenvolvimento. Estes avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que refletem a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

Com a sanção dessa lei, o Brasil deu um passo histórico no reconhecimento da economia do cuidado como parte essencial da vida, da cidadania e do desenvolvimento. A Política tem potencial para gerar impactos diretos na garantia de direitos sociais, educacionais e de proteção, contribuindo, por exemplo, para fortalecer a garantia de direitos sociais, educacionais e de proteção; ampliar as condições de acesso, permanência e conclusão escolar de crianças e adolescentes; reduzir as desigualdades de gênero e raça; e valorizar o trabalho de cuidado, tanto remunerado quanto não remunerado.

Foto: João Vitor-Norte Sul Studio



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças, adolescentes e suas famílias, eram coletadas informações sobre os motivos pelos quais as crianças ou os adolescentes não estavam matriculados, haviam evadido ou abandonado os estudos, ou, ainda, estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: fatores internos à rede pública de ensino e fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, além da alçada da escola, que impedissem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar:¹⁷

Resumo

- 43,0% das crianças e dos adolescentes tiveram como principal motivo alegado pela família para a exclusão escolar a falta de renda, situação de pobreza e vulnerabilização social ou questões familiares
- 32,1% das crianças e dos adolescentes tiveram como principal motivo alegado pela família para a exclusão escolar os problemas de Saúde, da própria criança ou familiar ou de familiar
- 1,1% das crianças e dos adolescentes tiveram como principal motivo alegado pela família para a exclusão escolar a ocorrência de violências físicas, territoriais ou discriminação



- 20,2% das crianças e dos adolescentes tiveram como principal motivo alegado pela família para a exclusão escolar o ambiente escolar, a gestão educacional, a falta de acesso à vaga escolar ou desinteresse da criança pela escolarização.

Os dados revelam a interconexão entre fatores internos e externos na questão da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, questões relacionadas à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são fundamentais. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar efetivamente a exclusão escolar em Tucumã.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio.¹⁸

18 BURGOS, M et al. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: **Revista Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, jul/dez, pp. 71-105, 2014.

Casos ilustrativos

Articulação com Saúde e Assistência Social

Caso 1

Adolescente de 14 anos, com quatro irmãos, moradora de uma área rural de Tucumã, estava fora da escola e sem documentos. A razão de L. estar fora da escola era a necessidade de cuidar de seu irmão de 3 anos, já que não tinha com quem deixá-lo. Foram feitas articulações junto ao Conselho Tutelar e com a Secretaria de Educação. Foi articulado junto com o Conselho Tutelar que intercedeu junto ao juiz da cidade para providenciar o documento para o irmão, para viabilizar que o adolescente frequentasse a escola com os demais irmãos. Entretanto, a falta de registro de nascimento de L., que não nasceu no município, era um outro obstáculo. Foi preciso entrar novamente em contato com o Conselho Tutelar para auxiliar na obtenção da certidão de nascimento de L., uma etapa crucial para que ela pudesse ter documentos e, aos 16 anos, também participar do programa Jovem Aprendiz. A escola, onde todos os demais irmãos estudavam, oferecia ensino em tempo integral, incluindo refeições e cuidados básicos de higiene. A equipe escolar demonstrou uma atenção particular ao caso da família, após articulação do projeto, reforçando a importância do suporte comunitário nessas situações.

Caso 2

No início da implantação do projeto a atividade principal era caminhar pelas ruas, realizando Busca Ativa escolar e visitas porta a porta nos bairros mais periféricos. Durante essas visitas, as articuladoras se depararam com uma mãe solo com oito filhos vivendo em condições precárias de extrema pobreza. Ao abordar essa família, descobriu-se que a mãe, sofrendo de depressão, enfrentava sérias dificuldades financeiras. A situação era tão crítica que uma das filhas de 15 anos, foi morar com um homem, violento, em troca de ajuda financeira para sua família e retornou grávida. O projeto

fez o acompanhamento junto a rede de proteção social durante toda a gestação. Além disso, um enxoval para o bebê foi providenciado com a ajuda de organizações locais que se dispuseram a financiar os custos. Com o tempo, a mãe conseguiu se reerguer, encontrou trabalho e reconstruiu uma casa para a família.

Em ambos os casos, observa-se que a exclusão escolar não é um fenômeno isolado, mas sim o resultado de uma série de desafios interconectados. As estratégias adotadas pelo projeto foram adaptadas às particularidades das famílias envolvidas, reconhecendo que não existe uma solução única para a exclusão escolar. As barreiras geográficas, como viver em áreas rurais, também contribuem para o agravamento do fenômeno da exclusão escolar. A interação de fatores como pobreza, problemas de saúde mental, responsabilidades familiares exacerbadas (como no caso de L.), e a **vulnerabilização** das mulheres jovens à exploração e ao abuso destacam a complexidade dos desafios enfrentados por essas famílias em Tucumã. A intervenção do projeto e o suporte de organizações locais foram paliativos cruciais para a recuperação e o fortalecimento desta família, demonstrando a importância de uma abordagem integrada e de apoio contínuo.

Articulação com Assistência Social, Habitação e Secretaria da Mulher

Caso 3

Uma família composta por uma mãe “solo” de 23 anos e seus três filhos, que frequentavam irregularmente a escola, chamou a atenção do projeto Territórios em Rede após serem encaminhados pelo avô das crianças. Durante uma visita da equipe do TR à residência do avô, percebeu-se que a jovem mãe estava grávida de seu quarto filho. O primeiro passo foi encaminhá-la para o CRAS para garantir o apoio necessário dentro da rede de Assistência Social. Paralelamente, as crianças retornaram às atividades escolares. A situação habitacional da família também era uma preocupação e a Secretaria de Habitação teve um papel crucial no caso, proporcionando

uma habitação para a família. Ao longo do acompanhamento, ela deu à luz ao bebê e passou a receber o benefício do Bolsa Família. Com o avanço significativo no suporte habitacional e na Assistência Social, houve desejo da mãe de se qualificar profissionalmente em curso técnico em enfermagem ou manicure, o que aconteceu junto à Secretaria da Mulher. Além disso, o projeto Territórios em Rede também conseguiu apoio na forma de um kit bebê, que incluía itens essenciais.

Este caso evidencia o impacto positivo de uma rede de apoio integrada e atuante, capaz de transformar a realidade de uma família, proporcionando não apenas suporte imediato, mas também oportunidades de desenvolvimento e autonomia. A intervenção teve uma abordagem intersetorial que considerou todas as facetas da vida dos indivíduos e famílias afetadas. A gravidez na adolescência e a pobreza exacerbaram a situação, tornando a Educação um desafio secundário. A assistência oferecida pelo projeto e outras entidades proporcionou não só o retorno das crianças à escola, mas também apoiou a mãe na busca por autonomia e estabilidade financeira.

Articulação com a Saúde

Caso 4

O projeto Territórios em Rede foi acionado por uma escola estadual para realizar uma visita a um aluno que havia tentado suicídio. Diante dessa situação delicada, a equipe do projeto tomou medidas imediatas para acompanhar o caso de perto. Foi essencial envolver a família do adolescente neste processo de cuidado e suporte. A primeira etapa do acompanhamento consistiu em levá-lo diretamente à Unidade Básica de Saúde (UBS) onde foi iniciado acompanhamento contínuo do jovem.

Nesse caso, o projeto teve a função de fazer a ponte entre o adolescente e os serviços de Saúde necessários. Este procedimento é conhecido como matrimental, uma estratégia que permite uma articulação mais eficiente entre diferentes áreas de atuação, garantindo que a pessoa em crise receba a assistência

apropriada. A atuação do projeto neste caso reflete a importância de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar em situações de saúde mental, especialmente envolvendo jovens em situação de **vulnerabilização social**. A questão do acesso à saúde mental foi um fator decisivo, que poderia levar a uma situação extrema de exclusão escolar. Este caso revela a importância da detecção precoce e do encaminhamento apropriado para serviços de saúde mental, especialmente em situações de crise. A abordagem colaborativa do projeto foi essencial para garantir o suporte adequado ao adolescente e sua família.

Intersetorialidade

Os casos narrados acima, de forma breve, revelam a busca e importância da lógica intersetorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede em Tucumã.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que crianças, adolescentes e suas famílias acessassem direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com órgãos, como o CRAS, CREAS e CT,¹⁹ Escolas ou Unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Além de atuar diretamente para mediar a necessidade de vagas escolares com a oferta da rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de Educação começava a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca

¹⁹ CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.

Ativa escolar do projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação dos entraves de matrícula, dentre os quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

Durante seu percurso em Tucumã, o Territórios em Rede apoiou a definição e o aperfeiçoamento dos critérios de Busca Ativa Escolar no município, contribuindo para aprimorar o acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco de exclusão escolar.



Resultados e incidência política

Com uma meta inicial de 300 identificações, o projeto alcançou 753 casos monitorados, o número alcançado em Tucumã evidencia o desafio do combate da exclusão escolar enfrentado na região, quanto a capacidade de mobilização e incidência no território.

Entre as 753 crianças e adolescentes identificados, 678 voltaram para a escola ou permaneceram nela, ou seja, uma taxa de sucesso de 90%.

- Das 678 crianças e adolescentes identificados em risco de exclusão (infrequentes), 640 foram inseridos (94,4% de sucesso).
- Das 75 crianças e adolescentes que estavam fora da escola quando identificados, 38 foram inseridos (50,7% de sucesso).

	Identificadas até junho de 2024	Inseridas até junho 2024	Meta	Alcance da meta
Tucumã	753	678	432	156,9%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Esse resultado, ainda que positivo, aponta barreiras estruturais que persistem mesmo diante do esforço coletivo. Parte significativa dos casos (30) de crianças e adolescentes que não foram (re) inseridos no município de Tucumã refere-se a famílias que mudaram de município durante o acompanhamento, o que dificultou a continuidade das ações intersetoriais e o retorno à escola. A análise

desses casos reforça a importância de fortalecer fluxos de comunicação entre municípios e redes de proteção, ampliando a efetividade das estratégias de Busca Ativa escolar.

Métodos de identificação mostram resultados

No Territórios em Rede de Tucumã, a principal forma de localização das crianças e dos adolescentes fora da escola foi via Busca Ativa escolar (42,1%). O processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou de secretarias de Educação sobre abandono e infrequênciia, representou 40,6% das localizações. O desdobramento dessas listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 9,5% das localizações.

Por outro lado, em 4,0% foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam papel, com equipamentos públicos da Assistência Social, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), contribuindo com 1,3%, das indicações.

Estratégias de identificação	Crianças e Adolescentes identificados	%
Busca Ativa escolar: abordagem ativa	375	49,8%
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de Educação (abandono, infrequente, distorção idade-série)	241	32,0%
Desdobramento das listas da Educação: indicação obtida no atendimento.	67	8,9%
Demandas espontâneas: projeto procurado pela família ou respondente.	30	4,0%
Indicação: de equipamento público da Assistência como CRAS, CREAS, SEAS.	22	2,9%
Indicação: de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio.	14	1,9%
Indicação: de equipamento público de Saúde como UBS, UPA, CAPS e agente comunitário de Saúde	4	0,5%
Total geral	753	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o Territórios em Rede desempenhou um papel crucial ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantias de Direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de Projetos políticos-pedagógicos orientados ao acolhimento de estudantes vulnerabilizados socialmente, para

a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.

Para alcançar os resultados, foram realizadas **6.895 ações de acompanhamento** de crianças e adolescentes e suas famílias, com a finalidade de verificar a situação escolar, fornecer orientações ou encaminhá-las para instituições públicas ou da sociedade civil. Esses atendimentos ocorreram por meio de **4.462 visitas domiciliares e 3.808 contatos remotos**. Dos **348 encaminhamentos** feitos pela equipe visando à reinserção escolar e/ou inclusão:

- **186** foram para a Educação;
- **102** para a Assistência Social;
- **28** para a Saúde;
- **20** para outras instituições, inclusive organizações da sociedade civil;
- **10** para equipamentos do Esporte;
- **6** para a Estação Conhecimento e
- **6** para o Conselho Tutelar.

Para relembrar

Há um acervo de material e vídeos/documentários publicados no Canal YouTube do projeto.



↳ Canal YouTube do projeto.



Comitê Intersetorial de Tucumã com a
presença da gestora de comunicação.

Foto: Breno Pompeu

Incidência Política

O Territórios em Rede busca apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate da exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Há uma série de ações realizadas pelo projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada cidade é única e progressiva.

A implementação da metodologia do projeto, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar de crianças e adolescentes inicia um percurso de incidência prática, a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento dos casos identificados pelo projeto.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, neste sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente** com foco nesta agenda. É importante destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública

As ações necessárias para o aprimoramento das políticas públicas com foco no enfrentamento da exclusão escolar podem ser muitas, porém em cada município é importante compreender quais os caminhos possíveis e quais as demandas que se apresentam com mais força. A Mandala a seguir reúne um conjunto de ações possíveis nessa direção, organizando um potencial de atuação com base na metodologia desenvolvida pelo Territórios em Rede.



Em Tucumã, o trabalho de incidência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as secretarias relevantes. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. Com base nas potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim o **Comitê Gestor Intersetorial** estabeleceu uma dinâmica de reuniões interdisciplinares mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos pelo projeto, as características da população identificada nessa situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Durante todo o percurso do projeto Territórios em Rede no município, o CGI realizou 20 reuniões, focado em estratégias de combate à exclusão escolar.

No município, as seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- 
- Secretaria Municipal de Educação;
 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
 - Secretaria Municipal de Saúde;
 - Conselho Tutelar;
 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - Conselho Municipal de Educação;
 - Representantes de Organizações da Sociedade Civil.

Teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia **Busca Ativa Escolar**, uma iniciativa do Unicef e da Undime²⁰ para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, como um caminho de promover a estruturação de uma política pública, por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line* que este programa disponibiliza aos municípios, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa e do trabalho intersetorial.

Desse modo, o projeto estabeleceu, junto à Prefeitura de Tucumã, um processo de trabalho que realizou, desde o incentivo à adesão do município à estratégia até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa

²⁰ Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc –, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou no estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, tablets, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

A metodologia da Cidade Escola Aprendiz dialoga com os princípios da Busca Ativa Escolar e a reconhece como uma iniciativa essencial para a garantia do Direito à Educação. Ao mesmo tempo, amplia esse horizonte ao integrar ações contínuas de monitoramento, acompanhamento intersetorial e incidência em políticas públicas, fortalecendo a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar de forma sistêmica e permanente.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se a dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial, resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes, conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, pouca capacidade resolutiva dos participantes e preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de Comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso proporcionado atendimento integral pela rede às famílias em situação de **vulnerabilização** social;
- Criação dos Fóruns Intersetoriais Descentralizados com os profissionais que das escolas, unidades de Saúde e equipamentos da assistência social, sociedade civil e conselhos tutelares que atuam localmente, mediante reuniões mensais em dois territórios: lado esquerdo da BR e lado direito da BR;
- Formações dos agentes públicos sobre a metodologia da Busca Ativa escolar e intersetorialidade;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial por meio de Decreto Municipal, que institui a Busca Ativa escolar como política de enfrentamento da exclusão escolar no município.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu os grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os conselhos tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência iniciou ao final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, visando manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

Foto: João Vitor-Norte Sul Studio



Considerações e aprendizagens



"Nenhum país pode se afirmar justo enquanto negar a todas as pessoas o Direito à Educação. No Brasil, esse compromisso passa por enfrentar as desigualdades e reparar a dívida histórica que marca o acesso e a permanência escolar."

Raiana Ribeiro, diretora de programas da Cidade Escola Aprendiz

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e os achados encontrados, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações:

Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças, adolescentes e suas famílias, e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;

- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o Projeto Político-Pedagógico;
- Dispensa da declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o Histórico Escolar da criança permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de criança que já passou pela rede) e, muitas vezes, sua exigência se torna um impeditivo para a sua matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar os fluxos de troca de informações com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Quanto ao acesso à escola

- A mediação do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde, ou, ainda, por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial indicou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas, o contínuo investimento em formação continuada e o acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia

de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis pelas crianças e adolescentes;

- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (Certidão de Nascimento, Comprovante de Escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;
- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças e dos adolescentes à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, exclusão de estudantes “problema”, em situação de medida socioeducativa, vagas para irmãos na mesma escola, e outras, a fim de resolvê-las a contento.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças e adolescentes em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;

- Compromisso da escola com o abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para a prevenção da exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandemia;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho precoce e desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua aprendizagem;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar com a participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;

- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, OSCs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e no município, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à Intersetorialidade e Colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento das demandas das famílias, permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;

- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o *advocacy* e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A ativação dos territórios do município em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertença;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:





Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

